

# O papel político e social das entidades estudantis

POR GESTÃO ATUAL DO DCE LIVRE - GESTÃO "POR TODOS OS CANTOS"

*"Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo."*

**Florestan Fernandes**

## HISTÓRICO DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

As entidades estudantis representativas no Brasil possuem um longo histórico de lutas e mobilizações que são essenciais para a compreensão do papel que desempenham hoje.

Ressaltamos o surgimento e o histórico de lutas da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade de representação máxima das e dos estudantes brasileiros, para entendermos a função e atuação das entidades representativas ao longo da história.

A entidade surgiu em 1937, e junto aos estudantes brasileiros recém organizados, fez frente opondo-se ao nazifascismo e pressionando para que o governo de Getúlio Vargas se posicionasse contra os países do Eixo-Nazista da Segunda Guerra Mun-

dial. Em 1942, no auge desse conflito, estudantes ocuparam a sede do Clube Germânia, no Rio de Janeiro, tradicionalmente frequentado por apoiadores do nazismo e fascismo.

O fruto desta ocupação foi a conquista, através de decreto, que as instalações do clube virassem a sede oficial da entidade e também o reconhecimento constitucional da UNE como entidade representativa nacional de estudantes.

No período pós-guerra, a UNE teve participação na campanha "O Petróleo é Nosso", pautando que o petróleo do país fosse explorado apenas por empresas brasileiras, garantindo assim o monopólio nacional.

Essa luta prosseguiu até 1953 e culminou na criação da Petrobrás. Ainda nas décadas de 50/60, a entidade, junto a Frente de Mobilização Popular, composta por grandes instituições brasileiras, defendia diversas mudanças sociais profundas, dentre elas a Reforma Universitária, inscrita no contexto das reformas de base propostas pelo governo da época.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), a UNE foi duramente atacada. A entidade tinha um grande papel na organização e mobilização estudantil, e não a toa que a primeira ação dos militares após deflagrar o golpe foi incendiar sua sede na madrugada de 1 de Abril de 1964, tamanho era o incômodo que essa entidade causava; e através da Lei Suplicy Lacerda, responsável por retirar a representatividade legal da UNE e de diversas outras entidades estudantis contrárias à ditadura, se impôs a clandestinidade.

A ditadura seguiu reprimindo estudantes, como ilustram os episódios que ficaram conhecidos como o Massacre da Praia Vermelha, a repressão do Congresso de Ibiúna, entre outros. A história registra o nome de diversas direções e militantes do movimento estudantil da época torturadas/os e assassinadas/os com o acirramento do regime militar: Honestino Guimarães, Helenira Rezende, Alexandre Vanucchi Leme e várias outras e outros vítimas da repressão ao Movimento Estudantil e àqueles que lutavam pela democracia.

Ao final dos anos 70 a entidade se reconstrói e volta à legalidade. Apesar do intenso período de repressão imposto pela ditadura, a UNE não deixou de defender a categoria estudantil, de lutar em prol da sociedade e do povo. Após esse período, a entidade continuou na luta pelas Diretas Já e pelo Fora Collor. Na década de 90 a UNE fez frente ao avanço do neoliberalismo e às privatizações do governo FHC.

Ao longo dos anos 2000, as lutas da entidade continuam a todo vapor: construindo as Bienais da UNE, o Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA), lutando pela ampliação das vagas através do Prouni e Reuni, articulando a campanha que pautava que 10% do PIB fosse destinado à educação. A entidade também foi responsável pela luta em defesa da aprovação da emenda que garantia 50% do Fundo Social do Pré-Sal e 75% dos royalties do petróleo para a educação.

No período recente, a UNE lutou contra o golpe à ex-presidenta Dilma Rousseff e posteriormente contra as medidas neoliberais do governo Temer. Construiu o “Ele Não” antes da eleição de Bolsonaro e diversos atos pós-eleições presidenciais, ficando nacionalmente conhecidos por Tsunamis da Educação, que pautavam a defesa da universidade pública, contra o corte de verbas e a luta pelos direitos dos/das estudantes e do povo brasileiro.

Nesse contexto de pandemia, a UNE segue na luta contra o Governo Bolsonaro e as constantes ameaças de sucateamento das universidades, tendo se mobilizado virtualmente pelo #AdiaENEM e #ForaWeintraub, além de construir iniciativas de solidariedade em conjunto movimentos sociais.

### DOS ESTUDANTES AOS BAIRROS: A LUTA DAS ENTIDADES ATRELADA À LUTA DO POVO

Na nossa retrospectiva, salientamos que a atuação do Movimento Estudantil através das entidades representativas sempre esteve ligada à luta por um outro modelo de sociedade. Em São Carlos não foi diferente.

As entidades representativas, como o DCE Livre UFSCar e o CAASO, também tiveram uma atuação histórica em conjunto com a UNE, sobretudo na ditadura, e se somaram às mobilizações recentes convocadas pelas entidades nacionais, mobilizando as entidades de base (Centros e Diretórios acadêmicos) das respectivas universidades para os atos contra o Teto de Gastos de 2016 — que inclusive resultou em uma greve no campus da UFSCar de São Carlos e em assembleias históricas com mais de 2 mil estudantes — além das demais mobilizações em defesa da educação, como os Tsunamis da Educação em 2019 que contaram com amostras acadêmicas em praças públicas para divulgação da produção científica das universidades, como forma de dialogar com a população sobre os ataques do governo Bolsonaro mostrando que a Universidade produz diversas iniciativas de impacto social, combatendo o discurso de que nas universidades públicas se produz

Desde 2018, com a eleição de Bolsonaro e seu discurso anti-universidades, anti-ciência e anti-Educação, nós, que compomos a gestão Por Todos os Cantos do DCE Livre UFSCar, temos ressaltado a importância das entidades e do Movimento Estudantil dedicarem esforços a construir iniciativas em conjunto com as demandas da sociedade, mostrando à população o que é produzido pelos estudantes e enfatizando o papel da universidade enquanto espaço de produção de conhecimento e tecnologia que deve estar a serviço do povo.

Apontamos também a necessidade de compreender a defesa da educação pública como uma pauta central do povo brasileiro, e uma luta que deve ser construída em articulação entre estudantes e amplos setores da sociedade. Isso se dá pelo fato de que esse projeto de educação não será contemplado dentro de um projeto político nacional que visa atender apenas os interesses de uma pequena camada da população, e a luta por um outro projeto político nacional não será vitoriosa sem o envolvimento de todo o povo para além dos estudantes.

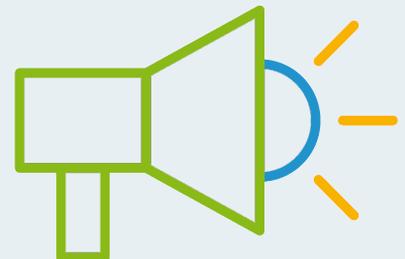


IMAGEM [DISPONÍVEL AQUI](#)

## O PAPEL DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS

Uma vez que as lutas por educação pública, melhores condições de acesso, permanência e ensino se encontrem alinhadas com as demais pautas da sociedade, as entidades representativas locais, como DCEs, Centros e Diretórios Acadêmicos, devem também estar atentas tanto às demandas da categoria e dos cursos, quanto às demandas mais gerais.

Essas reivindicações podem partir desde questões básicas ou cotidianas, como por exemplo ventilador nas salas de aula, xerox, reprovação em massa e preço das refeições no RU, em que as entidades devem representar a base e reivindicar junto às coordenações e reitoria que essas demandas sejam atendidas; até às demandas mais gerais, como permanência estudantil, manutenção das políticas de cotas e ampliação das vagas, que pressupõe uma luta mais ampla ou que extrapola a universidade.

Um exemplo: devemos pautar que haja ventilador nas salas e o valor da refeição do restaurante não sofra aumento (como foi a luta em 2018 contra o aumento do RU), afinal se trata de permanência estudantil.

No entanto retirar essas pautas do âmbito da política geral não vai trazer avanços reais e permanentes. É necessário que as entidades mobilizem a categoria estudantil por essas pautas, mas que também explicitem as reais causas dos problemas.

A falta de ventilador na sala de aula, o aumento da refeição do restaurante universitário são diretamente relacionados com os cortes de verbas do Governo Federal, sendo assim, é fundamental pressionar os órgãos internos da universidade, mas também lutar pela revogação do teto de gastos que congela os investimentos na educação e demais setores públicos.

Nesse sentido, cabe também às entidades o papel da representação política, sendo fundamental aliar essa representação à articulação e mobilização dos estudantes para as pautas locais e nacionais.

O Movimento Estudantil e as entidades devem estar alinhados às lutas do povo, tanto porque as e os estudantes fazem parte do povo, quanto pela necessidade de mobilizar toda a sociedade em prol das lutas pela educação.

As entidades se fortalecem e se aproximam das demandas gerais da sociedade quando estão em diálogo com os movimentos populares que lutam em diversas causas (como os movimentos populares do campo, da juventude, da luta por emprego e moradia, das mulheres, dos negros e negras, das LGBTQIA+, etc). É importante também que as entidades representativas estejam articuladas entre si, nos CAs, DAs, DCEs, UEEs e UNE e com outras entidades da educação, como de docentes, trabalhadoras/es da educação, etc..

Além de mobilizar e de se posicionar politicamente, as entidades devem manter um diálogo constante com a base, garantindo amplos espaços de debate, espaços de aproximação com a gestão e atividades que façam a categoria se reconhecer nestas ações, pois as entidades são uma ferramenta de todas e de todos, não se restringindo apenas às suas respectivas gestões: as entidades existem porque existem estudantes.

A participação de estudantes nos espaços de discussão promovidos, nas ações e atividades dá vida à entidade. Com envolvimento massivo é possível garantir uma entidade forte e que consiga representar as demandas das e dos estudantes em toda sua pluralidade e diversidade.

Dessa forma, o papel das entidades representativas se desdobra em 4 pontos:

I) representar as e os estudantes perante à administração da universidade, coordenações de curso e/ou departamento, levando as pautas e demandas da categoria e lutando para que elas sejam atendidas;

II) garantir amplos espaços de debate com a base, com intuito de entender as demandas e construir coletivamente saídas para as questões apresentadas;

III) associar as demandas locais às pautas e reivindicações nacionais, tanto em relação à educação quanto em relação às demais pautas do povo e dos movimentos populares;

IV) promover articulação local entre DCEs e Centros e Diretórios Acadêmicos, bem como uma articulação mais geral dessas entidades com as Uniões Estaduais de Estudantes e com a União Nacional dos Estudantes, a fim de construir também uma mobilização sólida e nacional de reivindicações e lutas estudantis em conjunto com o todo da sociedade.

Assim a entidade cumpre seu papel de representação política e social da categoria, assegurando amplos debates e não se isolando nos seus problemas mais locais e específicos.